



ONAIR NUNES

A História é cumulativa, não repetitiva; os eventos que a compõem não são suprimidos por novos eventos e podem repetir-se, uma vez repetidas as circunstâncias em que produzidos, certo, contudo, que, formando a memória orgânica da vida, ao permanecerem produzem anticorpos, um imperativo essencial atuando no sentido da autopreservação, veículo da evolução, uma regra, exceção feita aos estacionários da espécie.

No texto “É Urgente”, inserido no Artigo da semana passada, onde se lê ‘584 cabeças’, leia-se por favor ‘594 cabeças’.



O que nos falta ver, o que nos falta apontar? Bem *tatibitati*, para não ser acusado de hermético: A regra ética, para algumas pessoas, é uma bobaginha formulada por tolos desocupados e idealistas; regras morais, sabe como é, são questão de momento, época, latitude e longitude, não é para trepidantes!... Dizer o quê? É isso o que rola por aí. Mas a lei, cavalheiros, nada tem de relativo; é tão difícil, assim, compreender essa concepção básica, esse conceito inarredável da vida em Sociedade? Sabemos que existem pessoas com enormes dificuldades em lidar com isso, mas é preciso, em determinadas circunstâncias, fazer um esforçinho senão dá nisso aí; podem inventar o que quiserem — “Veja Bem!...”, é assim que começa a conversa para fazer lagartixa cair da parede. Tem lagartixa que cai —, a verdade, contudo, é que todo mundo perdeu o chão, não restou confiança para mais nada. E agora?

Impõe, sim, que se construa um outro país, perdemos todos os limites, e esse não é um clima de exceção, vem de longe, apenas soltaram-se as amarras. Simplesmente não se pode viver dessa maneira. Voltemos um pouco até A História é Cumulativa, Artigo de 27 de Agosto deste 2021, revisto:

A democracia não está em apuros; a maioria de nós — e as nossas Instituições — cresceu; amadurecemos, ampliamos nossa visão de mundo, deslocamos o foco para o plural. Nosso umbigo, para nós, não é o orbe, queremos uma democracia de verdade, único regime decente de governo, aquele em que os seres humanos verdadeiramente livres, não afeitos ao bridão, e que, por extensão, não manejam o látigo, conseguem respirar, viver e trabalhar, pacífico, todavia, que um democrata não aceita trabalhar para quem quer seja decidir sozinho ou com o seu grupo e corriola como gastar o produto do seu trabalho, não raro esfalfante, autoritariamente e sob coação, sem transparência. Isso, homem livre e de bem, você certamente não quer para você, para o seu país, como eu não quero para mim, para o país do qual somos democrática, constitucional, institucional e legalmente súditos; não somos servos, não beijamos látigos, nossa dignidade está intacta.

A democracia não está em apuros, mas este é um momento em que os brasileiros, paralelamente a viverem a experiência da maturidade de suas Instituições, vivenciam o desmanche das nossas estruturas como valioso momento histórico de libertação compreendido na efetiva oportunidade de construir a partir dos escombros atuais um novo país. É preciso repensar o Estado em todas as suas expressões, dar-lhe a dimensão adequada e fazer funcionar na plenitude os Artigos 1 a 5 da Carta Constitucional, espírito e alma da Grande Dama, que deve continuar intocável, razão de ser do Estado Brasileiro; o que lhe sobejar é normativo e só deve ser mantido se o pagador de impostos for conservado em limite contributivo justo e decente. Não é o Contribuinte que se deve esgotar em obrigações fiscais absurdas e caóticas para sustentar privilégios e mordomias em palácios reluzentes na suntuosidade de construções nababescas em mármore, vidro e aço, enquanto vive em favelas e não tem ele próprio condições de manter-se e à sua família com a dignidade inegociável da vida humana; é o gasto público em qualquer nível que se deve adequar à capacidade do Contribuinte em sustentá-lo.

As senatoriais Comissões Parlamentares de Inquérito são ferramentas de extrema valia, gazuas congressuais para abrir portas emperradas e levar luz aos desvãos da vida nacional, não é assim? Elas têm, todas, a mesma autoridade e importância, assim não é? Nesse caso, é preciso explicar-se a razão porque a CPI da Previdência, um assunto capital da vida nacional, permaneceu obscura, foi praticamente escondida do país e não teve a cobertura necessária, assim como não teve suas conclusões amplamente divulgadas. Vejamos (Fonte: Agência Senado):

Relatório da CPI da Previdência descarta reforma e não aponta deficit no sistema. O relatório da [CPI da Previdência](#) aponta que o sistema não tem deficit e descarta necessidade de reforma, em discussão no Congresso Nacional. O documento do senador Hélio José (Pros-DF) aponta a existência de uma série de dados e informações inconsistentes anunciadas pelo governo para tentar aprovar a reforma da Previdência ([PEC 287/2016](#), na Câmara dos Deputados). Para o presidente da CPI, senador Paulo Paim (PT-RS), o relatório revela que não há necessidade de aprovar a Reforma da Previdência, que busca reduzir os gastos do governo e retirar direitos dos trabalhadores. O resultado dos trabalhos da comissão deve ser analisado até o dia 6 de novembro. Ouça os detalhes no áudio do repórter da [Rádio Senado](#), George Cardim

Saiba mais

- [Previdência brasileira não é deficitária, aponta relatório da CPI](#)
- [Relatório de CPI vai apontar que Previdência não tem deficit, diz Hélio José](#)
- [Empresas privadas devem R\\$ 450 bilhões à Previdência, mostra relatório final da CPI](#)
- [Principais pontos do relatório da CPI da Previdência](#)

Os recursos da Previdência Social não são produto de impostos, a Administração Federal não pode, nem deve, administrá-los, imobilizá-los; tais recursos devem ser administrados pelos seus donos, os trabalhadores, postos para circular, gerarem riquezas, projetarem-se na Economia por meio de aplicações e financiamentos com resultados que se refletirão positivamente nas aposentadorias e pensões, na saúde de cada categoria profissional, cujos hospitais devem voltar a ser mantidos e administrados pelo órgão previdenciário gestor de cada uma. Nenhum Servidor Público dos primeiros escalões do governo federal pode alegar desconhecimento das conclusões da CPI da Previdência, assim como qualquer conversa sobre a diminuição do Estado Brasileiro ou privatizações tem de começar necessariamente pela Previdência Social. As razões dos Bancos são amplas, sem dúvida, mas as razões dos trabalhadores para cuidarem do que lhes pertence, além de amplitude muito maior, são técnica e moralmente muitíssimo mais defensáveis e legítimas.

A Universidade, de seu mas, não pode constituir privilégio das classes favorecidas, que não pagam impostos sozinhas; aquele honrado casal pobre e desempregado, se consegue comprar o seu feijão, o seu arroz, o seu fubá de milho para manter-se vivo e produtivo, e quando compra modestas roupas para ao filhos, paga, embutido no preço, impostos, para que o bem alimentado usuário de roupas de marca filho do elitista que solenemente despreza a parcela pobre da população frequente gratuitamente a Universidade, cujo acesso lhe é negado, como se a pobreza fosse um aborrecido caso de responsabilidade dos menos favorecidos por sua incapacidade de prosperar, uma chaga hereditariamente incurável e não algo fabricado, uma rendosa indústria inaugurada em 1500, mantida com sucesso a partir de 1889, combatida nos anos 30 e agora em pleno florescimento.

Está na hora de consertar realmente essas e tantas outras coisas com a Constituição Federal numa das mãos e as tábuas da lei na outra. Antes, contudo, precisamos convocar a Assembleia Nacional Constituinte.

